

JOVENS NEGROS/AS DE UMA ESCOLA PÚBLICA DA BAHIA: PRÁTICAS DE LETRAMENTO NA CONSTITUIÇÃO IDENTITÁRIA

Alessandra de Jesus Silva (Pós Crítica/ UNEB)³

Resumo: Pretendemos, através do presente estudo, nos deter sobre as práticas de letramentos de estudantes negros do Ensino Médio do Colégio Modelo Luis Eduardo Magalhães (Alagoinhas/BA), a partir de atividades envolvendo a leitura, escrita e a oralidade. Essa pesquisa parte da hipótese de que alguns jovens estudantes têm uma afirmação identitária negra positiva ao assumirem traços culturais marginalizados e não eurocêntricos representados através do corpo, na aparência física, no jeito de ser, vestir-se, no uso dos cabelos crespos e acessórios. Tentaremos analisar o processo de constituição de resistência e de empoderamento da própria existência negra desses jovens através das suas práticas de letramento de leituras, produções de textos e de oralidade em contextos sociais e culturais escolares. Além disso, compreender o uso e a abordagem da lei 10.639/03 que estabelece diretrizes para incluir no currículo das redes de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira. Para tanto, será utilizada a pesquisa qualitativa empregando a etnografia como referencial metodológico através da observação participante com grupo focal (a ser definido posteriormente). Como fundamentação, nos pautaremos em aportes teóricos sobre letramentos múltiplos e heterogêneos (STRETT, 1984; KLEIMAN, 1995; ROJO, 2009), na contribuição dos estudos culturais e identidades (BHABHA, 1998; HALL, 2001; LOPES 2003; MIGNOLO 2003) e nos estudos sobre a educação negra (CAVALLEIRO, 2001; CRUZ, 2005; CUNHA, 2005). Almejamos, por fim, contribuir para a valorização racial e para o processo de afirmação identitária dos jovens negros sendo que as práticas de letramento sociais podem contribuir significativamente nesse processo.

Palavras-chave: Letramento. Juventude Negra. Identidade.

INTRODUÇÃO

O interesse em pesquisar sobre o tema “Jovens negros/as de uma escola pública da Bahia: práticas de letramento na constituição Identitária” surge da relação profissional estabelecida com alunos ao lecionar como professora da Educação de Jovens e Adultos e atuar como coordenadora pedagógica do ensino médio no Colégio Modelo Luis Eduardo Magalhães.

Emerge dessa experiência de trabalho, na convivência com os alunos e professores, no relacionamento e na identificação com as suas histórias de vida, de luta, de classe e gênero, o desejo de compreender as relações entre escolarização e letramento, especificamente as práticas de letramento sociais vivenciadas pelos jovens negros, analisando as consequências na sua formação cultural, sociopolítica e na construção das suas identidades.

Percebe-se a necessidade social de ampliar a discussão e conhecimento sobre os sujeitos da juventude negra e o processo de afirmação identitária, de resistência, reexistência e empoderamento constituídos através das suas práticas de letramento, bem como da valorização racial dos jovens negros na sociedade e na educação.

³ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, Universidade do Estado da Bahia (Pós-Crítica/UNEB), linha de pesquisa Letramento, Identidades e Formação de Educadores. Orientadora: Prof. Dr. Maria Anória J. Oliveira. Endereço eletrônico: cepa.alesandra@hotmail.com.

A pesquisa visa desenvolver uma reflexão a partir da perspectiva de raça e identidade, englobando as múltiplas práticas de escrita em situações e contextos vividos por jovens negros dessa comunidade nos espaços escolares e tem como propósito responder o seguinte questionamento: Como as práticas de letramento vivenciadas por um grupo de jovens negros do Colégio Modelo Luis Eduardo Magalhães contribuem para a constituição e afirmação identitária desses sujeitos negros?

Portanto, tem como objetivo geral analisar o processo de constituição de resistência,(re) resistência e de empoderamento desses jovens negros através das suas práticas de letramento em contextos sociais e culturais escolares e como objetivos específicos identificar em que contextos e quais as práticas de letramentos são vivenciadas por estes jovens negros, analisar de que forma as práticas singulares de leitura, escrita e oralidade dos jovens negros contribuem para a construção de suas identidades raciais e avaliar a abordagem na escola do uso da lei 10.639/03 que estabelece diretrizes para incluir no currículo das redes de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira.

Para tanto, alguns conceitos serão estudados como o conceito de juventude negra, os novos estudos de letramento os estudos culturais e identidade e diferenças e identidade negra. A metodologia da pesquisa é qualitativa com grupo focal de 8 alunos/as que apresentam um perfil afirmativo de identidade negra.

Como resultados esperados desta pesquisa pretendo conhecer os contextos e as práticas de letramentos dos jovens negros do colégio Modelo Luis Eduardo Magalhães, perceber se a constituição da identidade racial dos jovens negros estão relacionadas com essas práticas de letramento e verificar como a Lei 10.639/03 está sendo abordada dentro do currículo escolar.

SUJEITOS DA PESQUISA: JUVENTUDE NEGRA

Ao conviver com o fracasso escolar desses alunos e alunas jovens negros do ensino médio da escola pública, em que os mesmos passam anos na escola e não aprendem e/ou tem dificuldade em ler e escrever nos padrões estabelecidos pelos sistemas educacionais, sendo excluídas socialmente em diversos fatores, os quais são representados pelos indicadores críticos de aprovação, reprovação, desistência e abandono, se constituindo em um desafio enfrentado pela comunidade escolar e pelos sistemas de ensino, surgem o desejo de compreender se o sistema de ensino e a escola têm trabalhado para reverter esses indicadores, através de políticas públicas de letramento e se os jovens negros se percebem neste processo.

A questão racial no Brasil situa-se numa realidade de grandes desigualdades sociais. Há uma comprovação estatística dos contornos raciais dessas desigualdades, complementadas por dados a respeito do aspecto gênero. De acordo com Larkin (2003), as taxas de analfabetismo entre os afro-

brasileiros são mais que duas vezes maiores que entre os brancos, e a porcentagem de negros com nove anos ou mais de estudos é quatro vezes menor que entre os brancos. Ainda segundo Larkin (2003), os afro-brasileiros que completam o ensino médio tem aproximadamente metade da oportunidade dos alunos brancos de seguir a universidade, desta forma, uma estratificação racial bem delimitada e extremamente rígida tende a excluir os afrodescendentes dos espaços de prestígio e poder, mantendo os brancos no topo da hierarquia.

São diversas as instituições sociais que se encarregam de regular, ditar normas, definir padrões, delimitar os saberes e as práticas pertinentes, dentre elas a escola que atua com padrões hegemônicos e se utilizam de mecanismos para introduzir e fixar a cultura considerada verdadeira e única em detrimento de outras culturas, uma cultura branca, hetero, masculina e preconceituosa. Para Lima (2015, p. 23):

Quando a “cultura letrada” adentra na escola, geralmente o faz apagando e distorcendo histórias que caracterizam os sujeitos alunos/as — e também professores/as — obrigando-os a lidar com uma cultura estranha, posto que não se alicerça nos valores e referências identitárias desses sujeitos.

As relações entre letramento e escolarização denunciam níveis precários de alfabetização e letramento e nos remete a discussão sobre letramentos no plural. Nesse sentido é extremamente relevante considerar, discutir, analisar as teorias e práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores que possibilitam as aproximações e/ou distanciamentos teórico-práticos entre esses dois conceitos, possibilitando desafiar os processos pedagógicos.

Vóvio (2007) nos alerta sobre a necessidade de reconhecer que pessoas jovens em processo de escolarização convivem com situações e material de leitura os mais variados em suas casas e por onde andam. Todos relacionados às atividades desenvolvidas nas quais se constroem representações sobre o que ler, como se lê, sobre ser ou torna-se leitor, o que pode ser lido, e que tipo de textos são valorizados socialmente.

É preciso conhecer quem são os estudantes que chegam à escola, especialmente os estudantes negros reconhecem-los como jovens sujeitos de experiências saberes e desejos. Perceber que esses jovens se apropriam do social e reelaboram práticas, valores, normas e visões de mundo a partir de uma representação dos seus interesses e de suas necessidades, interpretam e dão sentido ao seu mundo e leem no seu cotidiano, se engajam em discursos, nos espaços que convivem, nos locais que frequentam e essas leituras e discursos de alguma forma representam e concebem suas identidades.

É nessa direção que não podemos trabalhar com a noção de que existe uma única juventude, pois são muitas as formas de ser e de se experimentar o tempo de juventude, portanto falamos de juventudes. (DAYRREL; CARRANO p. 104) Não existe juventude e sim juventudes, não podemos

trabalhar com uma ideia genérica de jovem, porque na verdade temos o jovem branco, o jovem negro, o jovem indígena e dentro de tudo isso ainda temos as questões de gênero e de sexualidade.

Ao se falar em juventudes o meu interesse se concentra em estudar a juventude negra que frequenta as escolas públicas do ensino médio, a partir da identificação das suas práticas singulares de leitura, escrita e oralidade relacionando essas práticas com a construção e a formação de suas identidades sociais dentro do contexto escolar e não escolar.

LETRAMENTO NEGRO NA ESCOLA

Ao trabalhar no Colégio Modelo Luis Eduardo Magalhães como coordenadora pedagógica na modalidade de ensino médio com alunos na faixa etária dos 14 aos 17, percebe-se que o maior público de alunos são jovens estudantes negros/as. Muitos desses jovens negros/as, foco desta pesquisa, representam na sua forma de ser, vestir-se, no uso dos cabelos crespos e acessórios, nos diálogos e relações uma forma de valorização racial e demarcação política identitária. O interesse é saber como essas representações identitárias foram se reafirmando e se expressando em meio a práticas discursivas escolares tão homogêneas e carregadas de padrões e normas eurocêntricas.

Hooks (2013) escreve sobre um novo tipo de educação, a educação como prática de liberdade. Para Hooks ensinar os alunos a *transgredir* as fronteiras raciais, sexuais e de classe a fim de alcançar a liberdade deve ser o objetivo mais importante da escola e do professor, e que a limitação do ato pedagógico consiste em transgredir fronteiras.

Para Lima (2015, p. 24) a escola através do seu currículo faz uma imposição cultural de origem eurocêntrica e faz com que grupos e povos, dentre eles os negros fiquem inviabilizados e inferiorizados, por serem submetidos a padrões considerados como hegemônicos e únicos a serem valorizados, e é pautada nesse padrão cultural dominante que geralmente as práticas de letramento escolar se desenvolvem.

De acordo com Lima (2015, p. 24) “Essas ideias e valores que a escola difunde são veiculados e introjetados, sobretudo, por meio de discursos — apresentados em textos, relações interpessoais, estética, ritos, imagens, processos pedagógicos, práticas diversas —, que ignoram ou desqualificam as identidades das populações negras no Brasil, configurando um processo de exclusão, alimentado pelas práticas pedagógicas, tendo no professor/a um dos agentes deste processo.”

Portanto, é necessário nos processos educativos de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita, desenvolver uma clara concepção dos múltiplos conceitos de letramento, suas diferenças e relações, concepções estas responsáveis por reforçar ou questionar valores, tradições e formas de distribuição de poder.

O letramento escolar e o letramento social, embora situados em diferentes espaços e tempos, são parte do mesmo processo. Nesse sentido Soares (2012) ressalta que está implícita a ideia de que a escrita traz consequências sociais, culturais, políticas, econômicas, cognitivas, linguísticas, que o aprender a ler e escrever, envolver-se nas práticas sociais de leitura e escrita tem consequências sobre o indivíduo e altera seu estado ou condição.

Ângela Kleiman em seu texto intitulado “Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola” que faz parte da coletânea do livro Os “significados do letramento, discute dois modelos de letramento em que um contribui para o processo de reprodução da classe social e o outro possibilita a libertação e transformação através da construção de significados políticos e ideológicos. Kleiman (1995, p. 20-21):

As práticas de uso da escrita da escola — aliás, práticas que subjazem à concepção de letramento dominante na sociedade sustentam-se num modelo de letramento que é por muitos pesquisadores considerado tanto parcial como equivocado. Essa é a concepção de letramento denominada por Street (1984) de *modelo autônomo*. Essa concepção pressupõe que há apenas uma maneira de o letramento ser desenvolvido, sendo que essa forma está associada quase que causalmente com o progresso, a civilização, a mobilidade social. A esse modelo autônomo, Street (1984) contrapõe o modelo ideológico que afirma que as práticas de letramento, no plural, são social e culturalmente determinadas, e, como tal, os significados específicos que a escrita assume para um grupo social depende dos contextos e instituições em que ela foi adquirida.

De acordo com Kleiman (1995, p. 47) o resgate da cidadania, no caso de grupos marginalizados, passa necessariamente pela transformação de práticas sociais tão excludentes como as das escolas brasileiras, um dos lugares dessa transformação poderia ser a desconstrução da concepção do letramento dominante.

CONCLUSÃO

A juventude negra dribla uma série de mecanismos de interdições através da linguagem e de práticas sociais cotidianas que legitimam sua existência (SILVA, 2009). Ser leitor branco difere de ser leitor negro, juventude branca difere de juventude negra, é necessário discutir e conhecer a apropriação dessas diferentes leituras e escritas pelo negro no campo cultural. Para SILVA (2009) o letramento de reexistência é a própria reinvenção de práticas, é o assumir de novos papéis sociais, são as diversidades de práticas letradas que legitimam a existência e contribuem para desestabilizar os discursos cristalizados.

Precisamos olhar para a nossa juventude negra e perceber a presença de conhecimentos e de um padrão estético e cultural que não são valorizados socialmente. Precisamos de uma educação que acolha concretamente as diferenças com igualdade de direitos de modo a enfrentar formas e mecanismos de exclusão, que acolha diversas subjetividades, precisamos educar para as relações étnico-raciais entre brancos, negros, índios, descendentes de asiáticos e europeus.

REFERÊNCIAS

- KLEIMAN, Angela. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: Kleiman, Angela (Org.). *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995. p. 15-61.
- SOARES, Magda. *Alfabetização e Letramento*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- SOARES, Magda. *Letramento: Um tema em três gêneros*. 3. ed. Autêntica, 2012.
- GATTI, Bernardete Angelina. *Grupo focal na pesquisa em Ciências sociais e humanas*. Brasília: Líber Livro 2005.
- LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.
- SOUZA, Ana Lúcia Siva. *Letramentos de Reexistência: culturas e identidades no movimento hip-hop*. Tese (doutorado) Campinas, SP: [s.n.], 2009.
- HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- LIMA, Maria Nazaré Mota de. *Relações étnico-raciais na escola: o papel das linguagens*. Salvador: EdUNEB, 2015.
- MOORE, Carlos. *Racismo & sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007 (cap. 9, p. 279 a 293).
- NASCIMENTO, Elisa Larkin. *O sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil*. São Paulo. Selo Negro, 2003.